

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

MARINA CLAUDIA ALVES PEREIRA

**A mídia e a temática ambiental:
análise da cobertura do desastre de
Mariana (MG) pelo jornal *O Estado de S. Paulo***

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS
SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

**A mídia e a temática ambiental:
análise da cobertura do desastre de
Mariana (MG) pelo jornal *O Estado de S. Paulo***

Marina Claudia Alves Pereira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em
Mídia, Informação e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Barbosa

São Paulo
2019

*O sertão vai virar mar
É o mar virando lama
Gosto amargo do Rio Doce
De Regência a Mariana.*

Trecho da letra de “Cacimba de mágoa”, música do grupo Falamansa e de Gabriel O Pensador em homenagem à população que sobreviveu ao desastre de Mariana (MG).

**A mídia e a temática ambiental: análise da cobertura do desastre
de Mariana (MG) pelo jornal *O Estado de S. Paulo*¹**

Marina Claudia Alves Pereira²

Resumo: Considerando o importante papel que os veículos de imprensa possuem na difusão de informações, na formação de conhecimento e no embasamento de opiniões, ampliando debates na sociedade, esta pesquisa busca realizar uma análise crítica do espaço oferecido por tais meios de comunicação à questão ambiental, principalmente no que se refere às temáticas vinculadas à educação ambiental e não somente à cobertura factual de algum acontecimento da mesma área, geralmente uma catástrofe ambiental e outros eventos relacionados. Para exemplificar esta análise, a pesquisa tem como foco a cobertura de um dos maiores desastres ambientais do Brasil, o rompimento da barragem da empresa Samarco, em Mariana (MG), pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A ocorrência gerou graves consequências para a fauna e flora da região, assim como a perda da memória e da cultura de sua população. Até hoje, pouco mais de três anos da data do acidente, grande parte dos problemas ocasionados não foi solucionada.

Palavras-chave: Meio ambiente. Comunicação ambiental. Jornalismo ambiental. Teoria do *Newsmaking*. Tragédia de Mariana.

Abstract: Considering the important role that press vehicles have in the diffusion of information, in the formation of knowledge and on the basis of opinions, broadening debates from different fronts in society, this research seeks to perform a critical analysis regarding the space offered by such media to the environmental issue, regarding especially themes related to environmental education and not only to the factual coverage of some event in the same area, usually an environmental catastrophe and related events. To exemplify this analysis, this research focus on covering one of the biggest environmental disasters in Brazil, the rupture of the

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para a obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Barbosa.

² Pós-graduada em Direito e Gestão do Meio Ambiente pelo Senac São Paulo (2011) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010).

Samarco's dam in Mariana (MG), by the newspaper *O Estado de S. Paulo*. The occurrence has had serious consequences for the fauna and flora of the region, as well as loss of memory and culture of its population. Just over three years from the date of the accident, it was not possible to solve many of the problems caused.

Keywords: Environment. Environmental communication. Environmental journalism. Newsmaking theory. Mariana's tragedy.

Resumen: Considerando el importante papel que los medios de comunicación tienen en la difusión de información, en la formación de conocimiento y en la base de opiniones, ampliando debates de diferentes frentes en la sociedad, esta investigación busca realizar un análisis crítico ante el espacio ofrecido por estos medios de comunicación a la cuestión ambiental, principalmente en lo que se refiere a las temáticas vinculadas a la educación ambiental y no sólo a la cobertura factual de algún evento de la misma área, en general una catástrofe ambiental y otros eventos relacionados. Para explicar este análisis, la investigación tendrá como foco la cobertura de uno de los mayores desastres ambientales de Brasil, el rompimiento de la represa de la empresa Samarco, en Mariana (MG) por el diario *O Estado de S. Paulo*. La ocurrencia generó graves consecuencias para la fauna y flora de la región, así como la pérdida de la memoria y la cultura de su población. Poco más de tres años de la fecha del accidente, no se ha podido solucionar gran parte de los problemas ocasionados.

Palabras clave: Medio ambiente. Comunicación ambiental. Periodismo ambiental. Teoría del *Newsmaking*. Tragedia de Mariana.

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo onde a crise ambiental é evidente e se torna cada vez mais desafiadora para os governos, temas da área ambiental, como reciclagem, poluição do ar, aquecimento global, combustíveis fósseis, entre tantos outros, deveriam estar tão em evidência quanto assuntos relacionados às temáticas políticas, sociais e econômicas, por exemplo.

Mesmo que o aumento do número de veículos de imprensa especializados no assunto seja cada vez mais evidente, as notícias vinculadas à temática ambiental em veículos de grande circulação, no geral, acabam ocupando espaços reduzidos (em veículos impressos, principalmente), não apresentando matérias que dão continuidade ao assunto principal abordado (depois da divulgação da “primeira notícia”, a cobertura de um desastre ambiental provavelmente será mais fraca e, com o passar dos dias, receberá um espaço cada vez menor) e não abordando o contexto do assunto que se tornou pauta (como e por que a crise hídrica em São Paulo se tornou uma crise hídrica, por exemplo), entre tantas outras questões.

Para Marques (2019):

Em veículos generalistas, como os jornalões, jornais de rádios e de TV, portais de notícias na internet, etc., a pauta ambiental vai sempre competir com saúde, educação, economia, política e tantas outras áreas que também sofrem com certa superficialidade. O espaço/tempo não é suficiente para se aprofundar – o que não pode significar apurações ruins. Defendo que as redações de veículos generalistas têm de ter jornalistas especializados em diversas áreas (incluindo meio ambiente) para que esses profissionais saibam extrair das pautas o melhor, não se contentando a reescrever *releases* cheios de interesses e tendo conteúdo para questionar fatos e versões. Já para os veículos especializados, como algumas revistas, programas de rádio e TV e sites, os temas ambientais são mais bem trabalhados, mas ainda há problemas na concentração de pautas em alguns assuntos. É assim na academia também, onde pesquisas sobre alguns temas recebem mais atenção e verbas. Hoje em dia, mudanças climáticas/aquecimento global são o grande tema. Por conta de uma tragédia, a questão dos impactos da atividade de mineração chegou à pauta – mas assim como aconteceu após o ocorrido na barragem da Samarco, vai desaparecer da cobertura diária. A pauta ambiental é muito diversificada e seus temas internos (aquecimento global, uso da água, sustentabilidade empresarial, biodiversidade e suas diversas faces, poluições diversas, etc.), competem entre si também (informação verbal)³.

³ Entrevista concedida por Dimas Marques, jornalista e fundador do site especializado em temas ambientais Fauna News (faunanews.com.br), em 4 de fevereiro de 2019, em São Paulo.

A partir de um levantamento preliminar de materiais acadêmicos publicados sobre a temática ambiental na comunicação, foi possível notar que ela tem sido abordada das seguintes maneiras: 1) como um objeto de estudo para apresentar o desenvolvimento comunicacional de um veículo de imprensa de destaque de uma região do país; 2) como parte da análise geral da mídia e de seu papel ainda enfraquecido na difusão de informações sobre o tema (isso sem mencionar um tipo de veículo específico ou se aprofundar na questão quantitativa ao analisar o número de notícias sobre o tema naquele veículo, por exemplo); e 3) como parte de uma análise sobre o papel da mídia e da publicidade na educação por um consumo sustentável. Outros materiais publicados, especialmente artigos, ressaltam ainda a lacuna sobre a questão ambiental nos principais meios de comunicação, o que representa, no fundo, um desserviço à sociedade como um todo.

A proposta desta pesquisa é, assim, a de acrescentar às análises já feitas até o momento sobre o tema dados que relacionem tanto a quantidade de notícias quanto o tipo de discurso voltado à questão ambiental, utilizando, para isso, do estudo de caso da cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo* de um dos maiores desastres ambientais do país, o rompimento da barragem da empresa Samarco, em Mariana (MG), ocorrido em 5 de novembro de 2015.

Além do recorte dedicado às matérias ambientais, um segundo recorte abordará a publicação de matérias sobre o acidente que remetam à perda da memória e da cultura das cidades atingidas e da população local. O objetivo não será só o de apontar os espaços oferecidos no jornal para tal cobertura, mas também o de verificar qual é o discurso vinculado a essas notícias. A partir da consulta ao acervo *on-line* do jornal, esse trabalho será: 1) quantitativo, elencando todas as notícias vinculadas à cobertura do acidente durante a primeira da tragédia; e 2) qualitativa, com uma leitura analítica dos discursos apresentados na cobertura, mesmo a veiculada em diferentes cadernos do jornal.

Para isso, tomaremos como base a Teoria do *Newsmaking*, considerando os critérios de noticiabilidade trabalhados por autores como Nelson Traquina, Felipe Pena e Jorge Pedro Souza, e teorias ligadas à comunicação socioambiental. Outras análises teóricas aqui presentes são ainda vinculadas a estudiosos do meio

ambiente, como é o caso do cientista político William Ophuls, referência na área ao expor em seus livros e textos as graves consequências da crise ambiental⁴.

É importante salientar que, no início de 2019, outro evento com as mesmas características da chamada “tragédia de Mariana” aconteceu no mesmo estado de Minas Gerais, em uma localização próxima ao acidente anterior. No dia 25 de janeiro, na cidade de Brumadinho, a 60 km de Belo Horizonte, a barragem 1 da Mina do Córrego do Feijão, pertencente à mineradora Vale, se rompeu, deixando a Central Administrativa da empresa quase totalmente submersa em lama. O trajeto do mar de detritos seguiu por sobre o bairro Parque da Cachoeira, próximo à mina, onde centenas de pessoas e suas moradias foram imediatamente soterradas. A lama atingiu então o rio Paraopeba, que se tornou impróprio para o consumo da população ribeirinha. Desde então, a lama está descendo rumo à represa Três Marias, onde vai se encontrar com o rio São Francisco entre os dias 15 e 20 de fevereiro⁵.

Apesar de até o momento a “tragédia de Brumadinho” ser considerada um desastre ambiental de menor proporção se comparada à de Mariana, a tragédia humana foi incalculável, até o momento com 166 mortos e 147 desaparecidos, segundo informações oficiais⁶. Hoje, esse é o registro do maior acidente de trabalho da história do Brasil e poderá ser considerado o segundo acidente industrial mais mortífero do século XXI no mundo, segundo compilações da BBC News Brasil⁷.

Um olhar mais detido sobre a cobertura da tragédia de Brumadinho não constará nesta pesquisa, mas a ocorrência de outro acidente equivalente ao de Mariana só reforça a urgência de conscientização por parte não só da mídia – representada por seus editores, chefes de redação, pauteiros etc. –, mas também de representantes de grandes corporações, líderes políticos, formadores de opinião e da sociedade como um todo de que a temática ambiental precisa ser mais bem representada na imprensa, na educação, no mundo corporativo e nas relações cotidianas, pois é nítida a falta de conhecimento do tema por grande parte da população.

⁴ O último livro de William Ophuls foi publicado no Brasil sob o título *A vingança de Platão: política na era da ecologia* (São Paulo: Edições Sesc, 2017).

⁵ Informação atualizada até 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/veja-como-funcionava-a-mina-da-vale-em-brumadinho-e-entenda-a-tragedia.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/14/numero-de-mortos-identificados-na-tragedia-da-vale-em-brumadinho-sobe-para-163.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁷ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47037326>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

2. A “QUESTÃO” AMBIENTAL

Segundo Ophuls (2017, p. 19), “desde sua origem, a civilização foi marcada por cinco grandes males: exploração ecológica, agressão militar, desigualdade econômica, opressão política e mal-estar espiritual”.

Nossos antepassados pré-civilizados, porém, não devem ser idealizados ou romantizados. Suas vidas eram árduas, seus hábitos frequentemente sórdidos e seus costumes ocasionalmente selvagens. A morte violenta era algo comum. Eles tampouco eram anjos ecológicos: antes de aprenderem a viver em equilíbrio, exterminaram a fauna e devastaram a flora. No entanto, apesar das acusações que podem ser lançadas contra nossos antepassados, com o tempo eles desenvolveram maneiras de viver em harmonia com a Terra e uns com os outros. (OPHULS, 2017, p. 19)

Já para Ribeiro (2017), no texto de orelha da mesma publicação, “a natureza em estado natural é cada vez mais uma raridade, portanto cara, sob a ótica capitalista”.

Para William Ophuls, a busca de uma necessária mudança social deve começar pela revisão dessa situação a partir de matrizes do pensamento ocidental, razão pela qual ele retoma ideias de Aristóteles e Platão e as combina com as de pensadores como Thomas Hobbes, Karl Marx, além de autores do século XX, como Carl Jung, James Lovelock e Donella Meadows. (RIBEIRO *in* OPHULS, 2017, orelha)

A “ótica capitalista” mencionada por Ribeiro é bem próxima do universo da comunicação. Para Abramo (2006, p. 23), “uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”. Para o mesmo autor (2006, p. 23 e 24):

O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real. A relação que existe entre a imprensa e a realidade é parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é a sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real. Assim, o público – a sociedade – é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que

se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade real que ele vive e conhece. Como o público é fragmentado no leitor ou no telespectador individual, ele só percebe a contradição quando se trata da infinitesimal parcela de realidade da qual ele é protagonista, testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. A imensa parte da realidade ele a capta por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento. Daí que cada leitor tem, para si, uma imagem da realidade que na sua quase totalidade não é real. É diferente e até antagonicamente oposta à realidade. A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim de que ele se mova nesse mundo irreal.

Nesse sentido, pensando na comunicação a serviço da ótica capitalista e em um contexto ambiental que envolve interesses, riquezas e um histórico de exploração de bens naturais e consequente enriquecimento de alguns, parece ter se construído uma tendência nos meios de comunicação de transformar informações relacionadas ao meio ambiente em algo nebuloso, de difícil entendimento ou, até mesmo, de difícil acesso, fazendo parecer que o assunto necessita de um nível de conhecimento maior do que o que se pode considerar “senso comum”. Logo, por mais que seja um assunto que atinja a todos, ele não pode ser compreendido por todos.

Segundo Massuchin (2009, p. 6 e 7):

[...] os meios de comunicação estariam a serviço de uma ideologia hegemônica da sociedade [...], pois a partir do uso somente de fontes oficiais, empresas e governo, por exemplo, a notícia pode ficar tendenciosa, não apresentando todos os lados da história e deixando ocultas informações importantes que muitas vezes não são mencionadas pelas grandes empresas, centros de pesquisas particulares, etc.

Essa tendência, portanto, tem uma relação direta com a comunicação ambiental e, mais especificamente, com o jornalismo ambiental. Hoje, é raro os principais jornais impressos de um estado oferecerem, por exemplo, um caderno permanente sobre a temática ambiental. Na maioria das vezes, os cadernos utilizados para noticiarem algo relacionado ao tema estão vinculados a editorias maiores, como “Cidade”, “Metrópole”, “Ciência”, “Mundo”, dentre outras. Há, de certo modo, um distanciamento construído ao redor do leitor no que corresponde à temática ambiental, distanciamento esse que não é identificado em outras pautas, como as culturais, políticas e sociais. Não faz parte do cotidiano entender o que se

passa com o meio ambiente do mesmo como se entende o que se passa no cenário cultural, político, gastronômico etc.

Como afirma Santos (2006, p. 4):

Uma observação mais atenta sobre o conteúdo dos jornais de grande circulação nacional mostra que os veículos impressos não incluíram ainda, na análise dos temas que cobrem, o critério de custo ambiental [...]. As matérias que tocam nos grandes problemas ambientais tratam destes assuntos objetivamente, sem estabelecer maiores correlações com os temas econômicos e políticos discutidos, todos os dias, nas demais páginas dos jornais. Se assuntos como aquecimento global, por exemplo, ganham destaque na cena midiática, sua cobertura menciona apenas de modo genérico – quando o faz – os agentes causadores deste e de outros fenômenos. Ou seja: nem os custos ambientais costumam ser analisados nas matérias econômicas e políticas; nem a cobertura de temas ambientais reconhece, como problemas relacionados ao meio ambiente, o crescimento populacional, os altos níveis de pobreza, a falta de saneamento básico e as questões de saúde pública, para citar algumas. E se a mídia é considerada por muitos como principal fonte de informação sobre o meio ambiente, podemos imaginar que ela, a seu modo, é em parte estimuladora de uma concepção de meio ambiente “mais relacionada à visão das ciências da natureza, sem ligação com os problemas sociais”. De um modo geral, percebemos que, salvo raras exceções, estas matérias omitem os agentes econômicos cuja atividade influencia os fenômenos abordados – aquecimento global, trabalho escravo, pesca predatória, entre outros. As matérias não só adquirem um tom informativo e impessoal, como o viés crítico desaparece.

Supondo que propositalmente exista na imprensa uma barreira para a disseminação de conhecimento nessa área – algo como uma “teoria da conspiração” da comunicação –, máximas como “o aquecimento global não existe” ou “o aquecimento global é uma expressão inventada” acabam fazendo sentido, mesmo que os efeitos desse processo no planeta já estejam cientificamente comprovados. Atitudes aparentemente simplórias, como jogar um copo de plástico na calçada, são legitimadas e consideradas “inocentes” porque não há o entendimento de que uma pequena ação como essa contribui para as enchentes que prejudicam o funcionamento das grandes cidades. É possível aqui até mesmo fazer uma comparação imediata com a política *panem et circenses* desenvolvida durante a República Romana⁸.

⁸ A política do Pão e circo (*panem et circenses*, no original em Latim) como ficou conhecida, era o modo com o qual os líderes romanos lidavam com a população em geral, para mantê-la fiel à ordem estabelecida e conquistar o seu apoio. Esta frase tem origem na Sátira X do humorista e poeta romano Juvenal e no seu contexto original, criticava a falta de informação do povo romano, que não tinha qualquer interesse em assuntos políticos, e só se preocupava com o alimento e o divertimento. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/politica-do-pao-e-circo/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

“Uma sociedade ambientalmente melhor informada e mais consciente tenderá a pressionar cada vez mais por políticas públicas e de mercado que levem em conta as questões ambientais em suas tomadas de decisão”⁹.

2.1. ECO-92 e a cobertura da temática ambiental

O interesse pela temática ambiental por parte da imprensa brasileira surgiu ainda na década de 1960¹⁰, como indicam Ferreira e França (2006, p. 3 e 4):

[em] 1968, o jornalista Randau Marques foi preso, acusado de subversivo por ter escrito uma matéria sobre a contaminação de gráfcos e sapateiros por chumbo, no maior polo calçadista do país, em Franca, no estado de São Paulo. Randau foi o primeiro jornalista a se especializar em assuntos ambientais, ganhando notoriedade por matérias sobre a mortandade de peixes por “defensivos agrícolas”, no qual denominou de agrotóxico.

O ano de 1992, por sua vez, é considerado “um marco divisor de águas e revelador da natureza paradoxal da cobertura midiática” (SOUSA; FERNANDES *apud* FERREIRA; FRANÇA, 2006, p. 5)¹¹ no que diz respeito ao meio ambiente.

Entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro. Foi o segundo grande evento internacional sobre meio ambiente, tendo sido o primeiro a Confederação de Estocolmo, em 1972, na Suécia. O evento fez um balanço dos problemas existentes na época e dos progressos realizados até então e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais.

Duas importantes convenções foram aprovadas durante a ECO-92: uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Outro resultado de importância fundamental foi a assinatura da Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta. Um total de 179 países registraram seu empenho para a elaboração de estratégias que objetivassem o alcance do desenvolvimento sustentável¹².

⁹ Disponível em: <<http://revista.rebia.org.br/comunicacao-ambiental/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Os%20ecos%20da%20ECO%20na%20midia.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

¹¹ SOUSA, Cidoval Moraes; FERNANDES, Francisco Assis Martins. Meio ambiente: limites e possibilidades. Disponível em: <www.jornaldomeioambiente.com.br/jmacadernos/comunicacao.asp>.

¹² Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Por parte da chamada grande imprensa, esse foi um dos marcos a partir dos quais a temática ambiental começou a ter destaque. A maior justificativa para isso é que um grande evento de tal porte organizado no Brasil não deixaria de ser noticiado, porém, tal evento significou também um “despertar” do olhar jornalístico para outras pautas relacionadas à questão ambiental, pautas essas que talvez não fossem incluídas na cobertura de um grande jornal se não houvesse a experiência prévia com a Rio-92.

Uma “euforia” jornalística tomou conta da cobertura da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, a maior conferência já realizada pela ONU depois de Estocolmo-72. Reunindo cerca de 110 países filiados à ONU, o evento reuniu os mais importantes chefes de estado, militantes e diversas celebridades. Criada para buscar estratégias de desenvolvimento e acabar com as disparidades norte-sul provocadas pelo relatório Nosso Futuro Comum, a Cúpula da Terra, outro nome dado ao evento, teve grande repercussão na mídia internacional e nacional. Cerca de sete mil jornalistas foram credenciados para cobrir o evento, superando as expectativas da ONU que havia estimado em 1500 o número de credenciados. As grandes emissoras de televisão do mundo, como a americana CNN, a alemã ZDF, a japonesa NKD e a brasileira Rede Globo, montaram um grande esquema para a transmissão do evento, permitindo a veiculação de notícias 24 horas por dia, durante os dez dias do evento. O resultado de tantos profissionais foi uma grande quantidade de matérias veiculadas sobre Meio Ambiente. Esse assunto rendeu desde cadernos e revistas especiais a dezenas de editoriais. Cerca de 800 profissionais de 17 países reuniram-se durante o I Encontro de Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Green Press, em Belo Horizonte, Minas Gerais, para discutir e debater uma postura jornalística com base em três importantes temas: o meio ambiente, a qualidade e o tema. O evento resultou também na proposta de um código para o Jornalismo Ambiental que ficou conhecido como Carta de Belo Horizonte, documento que serviu de inspiração para diversos outros códigos de ética do jornalismo ambiental. Foi após a ECO-92 que surgiu um grande número de publicações a cerca da temática Meio Ambiente. Uma forma de se combater o descaso com o assunto no período posterior à conferência. (FERREIRA; FRANÇA, s. d., p. 5 e 6)

É evidente que, desde 1992, a cobertura jornalística referente a essa temática teve altos e baixos, e a grande questão reforçada nesta análise é que os momentos “altos” da cobertura jornalística ambiental nos grandes veículos normalmente estão restritos a desastres ou tragédias ambientais.

Pensando nessas questões, reiteramos o mote central dessa pesquisa, de analisar a cobertura do que foi considerado um dos maiores desastres ambientais do Brasil, que causou prejuízos irreparáveis ao meio ambiente, à população, à memória e cultura da comunidade e das cidades no entorno, ao turismo etc. Esta análise se

dará por meio de uma pesquisa ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*, de grande circulação nacional.

2.2 A cidade da lama

Na tarde do dia 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem do Fundão, uma enorme instalação de armazenamento de rejeitos, com cerca de 52 milhões de m³ de partículas minerais finas e grossas resultantes do processamento de minério de ferro das minas localizadas na cidade histórica de Mariana (MG), foi responsável pelo lançamento no meio ambiente de 34 milhões de m³ de lama com rejeitos da produção de minério de ferro pela mineradora Samarco – empresa controlada pela Vale e pela britânica BHP Billiton.

A enxurrada de lama contaminada se espalhou rapidamente pela região, deixando mais de 600 famílias desabrigadas e chegando aos córregos próximos. O rompimento da barragem causou 19 mortes; 207 edificações foram soterradas apenas no distrito de Bento Rodrigues; houve o deslocamento de mais de 220 famílias; 670 km de rio e uma grande área oceânica foram poluídos e degradados; e 1.469 hectares de vegetação ficaram comprometidos, dentre várias outras consequências graves de curto e de longo prazo¹³.

Um desastre de graves consequências ambientais, sociais e econômicas começou com o rompimento dessa barragem no sudeste do país.

3. CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Para Nelson Traquina (2008), “as notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social” e, para isso, os jornalistas trabalham em uma seleção e em uma construção do que é selecionado. Esses são os valores-notícia de seleção e construção.

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os

¹³ Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2018-038-Pt.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’. (TRAQUINA, 2008, p. 63)

3.1. Valores-notícia de seleção

Os critérios substantivos dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse. Os critérios contextuais se referem ao contexto de produção da notícia e funcionam como guias para a reunião de pauta, sugerindo o que deve ser realçado, omitido ou priorizado na abordagem do que será notícia.

3.2. Valores-notícia de construção

São os critérios de seleção de elementos dentro do acontecimento que são potenciais para serem incluídos na elaboração da notícia. Correspondem à definição da abordagem.

Diante do cenário do desastre ambiental em questão e das consequências geradas para a população e o meio ambiente, os critérios mais encontrados na análise da cobertura do jornal selecionado foram:

Valores-notícia de seleção

Critérios substantivos

- relevância: a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de o acontecimento ter impacto sobre as pessoas ou o país;
- inesperado: acontecimentos que surpreendem a expectativa da comunidade jornalística.

Critérios contextuais

- visualidade: elementos visuais associados à informação;
- dia noticioso: há dias ricos de acontecimentos;
- relevância: a importância do fato para o público;
- personalização: o jornalista valoriza as pessoas envolvidas no acontecimento;

- dramatização: o jornalista reforça o lado dramático dos acontecimentos;
- consonância: o jornalista insere novidades num contexto ou numa história já conhecida para facilitar a compreensão pelo público.

3.3 Histórico do jornal *O Estado de S. Paulo* e sua relação com o tema do meio ambiente

Criado em 4 de janeiro de 1875, o jornal *A Província de São Paulo*, precursor do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi fundado por um grupo de republicanos que tinham como líderes Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense. O veículo nasceu com o objetivo de ser um “diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão”, como indicava sua missão inicial.



Figura 1 – Primeira capa do jornal *O Estado de S. Paulo*, chamado à época de *A Província de São Paulo*

O jornal foi o pioneiro em venda avulsa no país e possuía a tiragem inicial de 2 mil exemplares para uma população na cidade de São Paulo, à época, de 31 mil habitantes. Ao final do século XIX, o jornal, já com o nome de *O Estado de S. Paulo*, era o maior de São Paulo, com uma tiragem de 8 mil exemplares.

Em 17 de março de 2010, o periódico ampliou a cobertura sobre o tema meio ambiente com o projeto “Planeta”, na editoria “Vida”. Além de um espaço diário para notas e fotos, começou a ser produzida, assim, uma página semanal e também mensal um caderno com reportagens sobre o tema.



Figura 2 – Edição de matéria no caderno “Planeta”

Em 9 de novembro de 2010, o caderno “A Sangria do Capital Verde – Desafios do Novo Presidente”, publicado pelo Estadão em 1º de setembro, venceu o Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo, no tema especial de Sustentabilidade/Mudanças Ambientais, na categoria Linguagem Escrita – Mídia Impressa e Online Nacional e Regional.



Figura 3 - Matéria vencedora do Prêmio Allianz Seguros de Jornalismo, no tema Sustentabilidade/Mudanças Ambientais, na categoria Linguagem Escrita

É importante ainda ressaltar que, desde setembro de 2013, toda a cadeia produtiva do jornal possui o “selo verde” FSC® (Forest Stewardship Council®, ou Conselho de Manejo Florestal).



Figura 4 - Notícia sobre a utilização do “selo verde” FSC por parte do jornal. Esse selo indica o uso de fontes renováveis na produção do papel no qual o jornal é impresso

A OESP Gráfica, que imprime diariamente o jornal, já havia sido certificada em 2010 e, em 2013, o jornal passou a circular com a certificação de que seu papel

é proveniente de florestas manejadas de forma ecologicamente correta e economicamente viável.

4. A COBERTURA DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO* SOBRE A TRAGÉDIA DE MARIANA

Como o tema da análise se aprofundou no espaço oferecido para a questão ambiental no jornal *O Estado de S. Paulo* diante da cobertura da tragédia de Mariana, o primeiro recorte realizado para a pesquisa foi o temporal, considerando o período de 6 a 11 de novembro de 2015, primeira semana após o acidente, momento em que as notícias apareceram todos os dias no jornal. O segundo recorte foi a análise de matérias que apresentassem a biografia das vítimas do acidente e suas relações com a cidade, com o cotidiano da barragem e com a cultura local.

4.1. A primeira notícia

Como a queda da barragem da Samarco ocorreu na tarde do dia 5 de novembro de 2015, as notícias vinculadas a ela foram publicadas nos jornais impressos somente em 6 de novembro.

No jornal *O Estado de S. Paulo* desse dia, ainda que, pensando pela diagramação visual do jornal, o destaque seja uma foto do dia da tragédia – uma imagem do distrito de Bento Rodrigues, um dos mais afetados pela queda da barragem, tomado pela lama, com destaque para um carro preso no teto de uma casa –, o que chama a atenção é que a chamada principal do jornal não estava voltada ao acidente. A chamada de capa foi a seguinte: “Pacto com Cunha e Renan poupa Lula e filho em CPIs”. Em tamanho menor, aparecia: “Enxurrada de lama soterra e mata em Mariana”, junto à imagem do distrito de Bento Rodrigues, com um texto indicando para a matéria completa no caderno “Metrópole”.

Ainda que as informações do acidente tenham chegado já tarde à redação, tratava-se de um acidente muito grave que havia deixado pessoas mortas e desaparecidas, além de uma devastação ambiental, até aquele momento, incalculável. Entretanto, nota-se que o jornal tratou do fato ainda em segundo plano, dando destaque a uma manchete política, e não ao poder destrutivo do que acabara de ocorrer em Minas Gerais.

A matéria veiculada no caderno “Metrópole” – assim como a maioria das matérias nos dias que se seguiram – tinha a seguinte chamada: “Barragem de mineradora rompe, soterra bairro e mata 17; MP abre investigação”. O texto abordou a temática sob aspectos como o perfil da empresa, seu histórico de atividade, a quem pertencia etc. (chamada: “Mineradora é controlada por Vale e BHP”) e, também, os dados dos moradores de Bento Rodrigues, com informações do Censo de 2012 do IBGE e uma imagem de satélite para ilustrar o local do acidente e o trajeto da lama pela região. Outro texto contemplava uma entrevista com uma professora de Engenharia de Minas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A matéria, que ocupou uma página do caderno (A14), é finalizada com dois depoimentos de pessoas que moram em Mariana e possuem parentes na região afetada: a estudante Viviane dos Santos, que tentava localizar o pai e os tios que eram de Bento Rodrigues, e a aposentada Maria das Dores Silva, que esperava notícias da irmã.



Figura 5 – Capa do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 6 de novembro de 2015

Para esse dia de cobertura, o jornal já contava com jornalistas especiais de Belo Horizonte (Leonardo Augusto e José Maria Tomazela) e outros quatro que contribuíram com textos de outros locais, sendo uma jornalista especial do Rio de Janeiro.

De acordo com a Teoria do *Newsmaking* e observando a escolha dos destaques e dos textos deste primeiro dia de cobertura do jornal, nota-se que os critérios de noticiabilidade associados ao conteúdo são “relevância”, pela dimensão do acidente e das consequências devastadoras; “inesperado”, diante da surpresa e do impacto geral na sociedade; e “visualidade”, pois o impacto visual das imagens – em menores proporções do que em um veículo televisivo, por exemplo – foge do cotidiano do que se é visto de outras pautas.

4.2. Os dias seguintes

No segundo dia de cobertura, 7 de novembro, a tragédia ganha uma nova chamada na capa do jornal, ainda que não recebendo o destaque central, que novamente ficou com a editoria de política: “MP suíço contesta defesa. Cunha diz que não mentiu a colegas”. A chamada para o acidente foi a seguinte: “Estudo alertou em 2013 para risco de ruptura”, ilustrada com a imagem de um helicóptero sobrevoando uma área do distrito de Bento Rodrigues. A legenda indica para a busca por desaparecidos na região. Novamente, a matéria é veiculada pelo caderno “Metrópole” e a chamada indica para a matéria completa nesse espaço.



Figura 6 – Destaque para a chamada sobre a tragédia na edição de 7 de novembro de 2015

Mas, a partir desse dia, é criada uma identificação especial no topo do caderno, nomeada “Tragédia em Mariana”, e que vai padronizar as matérias relacionadas ao evento. O espaço para as notícias aumenta, e a cobertura do caderno nesta edição é de cinco páginas – ainda que duas delas sejam de propagandas, o que quebra a continuidade da matéria, é bom ressaltar.

A matéria principal do caderno (A19) contou novamente com repórteres especiais enviados para Belo Horizonte e, dessa vez, também a Mariana. Apesar de a matéria mencionar com mais detalhes informações de desaparecidos e mortos e perfis como o do prefeito de Mariana e dos bombeiros que trabalhavam na localização de pessoas, o assunto principal foi o documento técnico de oito páginas elaborado pelo Instituto Prístino há dois anos e assinado por técnicos, a grande maioria professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O documento já mencionava problemas com a quantidade de rejeitos e o contato com a barragem e identificava situações parecidas com as que levaram ao acidente. O vice-presidente da Samarco disse desconhecer tal relatório. No final dessa mesma página, em formato de nota, é mencionada a ajuda que o Planalto iria oferecer à população atingida: “o governo federal está plenamente empenhado em oferecer todo o suporte necessário à população atingida”.

Na última página da matéria (A23) são identificados alguns boxes com textos sobre as histórias de algumas vítimas. Um deles era sobre a Sueli da Conceição Sombreira, que conseguiu achar a mãe a salvo depois de horas sem ter notícias suas. Ambas se reencontraram no ginásio de Mariana, oferecido para a população. Outro boxe relata a história da estudante Camila Aparecida Gonçalves, que pediu ajuda aos bombeiros para resgatar a família, composta por dez pessoas, e que estava ilhada após conseguir se salvar da lama. Um terceiro boxe continua a história de Edna Aparecida Euzébio, que salvou seus dois filhos de casa e conseguiu subir em um caminhão que estava resgatando pessoas pelo caminho. O último boxe desta página foi para relatar que várias entidades do país estavam se mobilizando para receber donativos, com informações para quem tinha interesse em doar.



Figura 7 – Destaque para as histórias dos sobreviventes da tragédia

Novamente, de acordo com a Teoria do *Newsmaking*, os critérios de noticiabilidade associados às matérias desta edição ainda são “relevância”, principalmente pela notícia sobre o documento que pudesse indicar um problema com a barragem, e outro critério que se associa principalmente às notícias sobre as

vítimas é a “personalização”. É uma forma, ainda que discreta, de dar espaço e “rostro” a quem vivenciou o pesadelo do acidente.

Ainda que seja um detalhe editorial, pela análise da edição pode-se verificar que, em um dos cadernos do jornal identificado como “Espaço Aberto”, utilizado para divulgar textos de formadores de opinião e personalidades da cultura, política, economia etc., não houve nenhum texto mencionando ou comentando a tragédia. Esse tipo de menção, entretanto, ficou mais evidente com a tragédia de Brumadinho, mais recente. Uma hipótese para esse fato pode ser a maior quantidade de mortes neste acidente de janeiro de 2019.

No dia posterior, 8 de novembro, ainda que *O Estado de S. Paulo* tenha mantido os mesmos padrões na cobertura, deixando a chamada principal da capa para outro assunto voltado à temática política, com a tragédia ainda recebendo uma chamada em tamanho menor mais uma imagem impactante, esta edição é uma das primeiras que apresenta uma explicação mais aprofundada sobre os motivos que poderiam ter levado ao rompimento da barragem, assim como abriu espaço para relatos de sobreviventes, dando um “rostro” para quem, até então, era somente um número para o leitor.

O destaque desta matéria foi para o vigilante Edson Adriano Borges, que estava com a esposa Dicineia e a filha de um ano e meio alojados em um dos hotéis da cidade de Mariana, porém, com receio de que saqueassem sua casa.

Eu consegui pegar tudo da minha filha: berço, roupas, fraldas. Mas saí só com a roupa do corpo. Sou casado novo. Todos os móveis são novos, eletrodomésticos. Comprei um ar-condicionado e ainda vou pagar a primeira prestação. Minha moto está lá. Eu preciso voltar. (depoimento de Edson Adriano Borges em matéria de *O Estado de S. Paulo*, edição de 8 de novembro de 2015, caderno Metrópole, p. A18)

O texto da matéria ainda apresenta a história da Valéria Aparecida de Souza, resgatada com a filha e duas sobrinhas por funcionários da prefeitura que estavam fazendo uma obra na rua de sua casa. Os critérios de noticiabilidade associados às matérias desta edição, de acordo com a análise, são “consonância”, já que as histórias e o desenrolar da cobertura fazem parte de um contexto maior, que é a tragédia, e “personalização”, pois, desta vez, fica mais evidente a ampliação do espaço para textos que tratem das famílias que sobreviveram à tragédia.

A edição do dia 9 de novembro já não contava com uma chamada mais evidente na capa nem como uma foto atualizada da região. O espaço que fazia

referência ao acidente era somente uma nota, na parte inferior direita do jornal, com a seguinte chamada: “MP já quer mudar lei de barragens”. A matéria principal, mais uma vez veiculada no caderno “Metrópole”, apresentava uma atualização sobre as buscas por desaparecidos, que até o momento eram 26 pessoas. A chamada destacava ainda que cinco dessas pessoas eram crianças.

A página seguinte da matéria apresentava um novo relato de sobrevivente. A história de Marly de Fátima Felício Felipe, abrigada em um dos hotéis da região com o marido e as filhas e que aguardava notícias da mãe, que estava na lista de desaparecidos. Para Marly, que no relato já encarava a realidade do desaparecimento e possível morte da mãe, o que mais a incomodava era que gostaria de ver toda a família e os vizinhos, estes considerados também como parte da família, unidos novamente.

“Tínhamos nosso próprio chão, era nosso. E as pessoas eram amigas, mais do que vizinhas. Não quero mais uma casa, quero que a SAMARCO nos coloque todos juntos, como era em Bento Rodrigues” (depoimento de Marly de Fátima Felício Felipe em matéria de *O Estado de S. Paulo*, edição de 9 de novembro de 2015, caderno *Metrópole*, p. A13).

Novamente, de acordo com os critérios de noticiabilidade, esta matéria está associada à “personalização”, trazendo um olhar mais humano à sequência de informações técnicas apresentadas até então.

No dia subsequente, 10 de novembro, a tragédia volta a entrar na capa do jornal com a seguinte chamada: “Governo embarga mina da Samarco em Mariana”, uma novidade na sequência de informações publicadas até então. De acordo com os critérios de noticiabilidade, esse novo fato foi decisivo para que a pauta da tragédia voltasse a compor a capa do jornal. Nesse caso, o critério que pode ser associado é “notabilidade”, já que a decisão do governo foi surpreendente diante da sequência de acontecimentos que não envolviam o aporte estrutural da mina.

O diferencial desta edição é que, pela primeira vez, uma das matérias da tragédia abordou a consequência do derramamento dos rejeitos da lama para a fauna e a flora da região. Com a seguinte chamada: “Lama contamina rios e mata aves, peixes e plantas”, o texto apresentou o relato de um pesquisador do Serviço Geológico do Brasil que alertava para as possíveis substâncias que o minério de ferro, composto encontrado nos rejeitos da lama, poderia conter, todas muito prejudiciais ao ambiente, como arsênio, antimônio, zinco e cobre. O entrevistado

ainda cita a chegada da lama ao rio Doce, que ficou em evidência pela quantidade de peixes mortos nele encontrados e que, por meio da imprensa e para o público, tornou-se um ícone da devastação da região. O rio Doce transformou-se, assim, em um ícone do efeito explícito da devastação. Era possível enxergar, pelas imagens divulgadas, sua mudança de cor e os peixes se debatendo em sua superfície. Conforme a lama fazia seu trajeto até o mar, no Espírito Santo, era praticamente possível assistir à “chegada” dessa devastação em tempo real.

Outro destaque dessa página foi um box que relatou a história de cães que não queriam se afastar de suas residências em Bento Rodrigues, casas essas que foram totalmente destruídas pela barragem. Os bombeiros relatavam na matéria que tentavam tirar os cães dos locais, mas que muitos deles eram até mesmo bem agressivos, sendo então a alternativa deixar comida e água em telhas improvisadas para que se alimentassem enquanto suas vigílias durassem.

Apesar do curto espaço que foi dado a esse tópico em específico, pela análise do conteúdo observa-se a importância da memória e da cultura para a população da região, na figura destes cães “guardadores” do pequeno patrimônio ali preservado. O pouco que sobrou da cidade ainda se mantém, de alguma forma, reservado, cuidado por estes seres, literalmente a unhas e dentes. Por meio dos depoimentos de sobreviventes trazidos pelo jornal, foi possível verificar nitidamente como o cotidiano dos que viveram na região foi quebrado de modo brusco, sendo que o pouco que sobrou tornou-se um bem valioso nessas condições, já que configura-se como o pedaço mnemônico de toda uma comunidade que desapareceu soterrada em um mar de barro e detritos.

A chamada do dia seguinte, 11 de novembro, em formato de nota na capa do jornal, confirmava a morte de uma das crianças que constavam desaparecidas. Era Emanuele Vitória Fernandes, de cinco anos, que não conseguiu se segurar ao pai no momento em que a enxurrada de lama atingiu ambos. A matéria completa, que mais uma vez foi veiculada no caderno “Metrópole” (A13), trazia tanto um texto sobre o possível desaparecimento do distrito de Bento Rodrigues (a chamada era: “Para Defesa Civil, Bento Rodrigues deve acabar”) quanto os detalhes sobre o enterro de Emanuele, que comoveu o município.

Pela análise do conteúdo, quase que como um fechamento de uma primeira etapa, sete dias após o acidente, o texto apresentou na figura de Emanuele o enterro da própria cidade da qual ela e tantos outros moradores que perderam a vida

faziam parte. Da forma como o jornal publicou ambos os textos, um ao lado do outro, a presença de características poéticas em um texto informativo se torna praticamente proposital. A imagem do caixão de Emanuele, na foto ao lado do texto, poderia representar o destino final do distrito de Bento Rodrigues. De acordo com os critérios de noticiabilidade, “personalização” e “visualidade” são, portanto, identificados neste conteúdo.

TRAGÉDIA EM MARIANA

Para Defesa Civil, Bento Rodrigues deve acabar

Mesmo se houver condições, coronel diz que moradores não devem voltar para casa

Leandro Augusto
Jornalista em Curitiba

De acordo com a Defesa Civil de Minas Gerais, os moradores de Bento Rodrigues devem abandonar definitivamente a cidade. Mesmo se houver condições, coronel diz que moradores não devem voltar para casa.

O coronel afirma que o mais importante no momento é garantir a segurança dos moradores que permanecem em Bento Rodrigues. Ele afirma que a Defesa Civil não recomenda a permanência dos moradores em Bento Rodrigues, mas que a Defesa Civil não pode garantir a segurança dos moradores que permanecem em Bento Rodrigues. Ele afirma que a Defesa Civil não recomenda a permanência dos moradores em Bento Rodrigues, mas que a Defesa Civil não pode garantir a segurança dos moradores que permanecem em Bento Rodrigues.

Viúvas Uma das vítimas do rompimento das barragens, Emanuele Vitória Fernandes, de cinco anos, é vista em Mariana

Lama Bombeiros resgatam cavalo em Bento Rodrigues

Bombardeiros sobrevoo cidade devastada pela lama

Enterro de menina de 5 anos comove município

O Corpo de Bombeiros de Mariana realizou o enterro de Emanuele Vitória Fernandes, de cinco anos, que morreu no acidente com as barragens de Mariana em Bento Rodrigues. O enterro ocorreu no Cemitério de Mariana, em Mariana, Minas Gerais.

Assembleia de MG poderá abrir CPI

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais poderá abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o acidente com as barragens de Mariana em Bento Rodrigues.

Ibama desloca técnicos para monitorar desastre ambiental

Analistas acompanham avanço do mar de lama que cobriu o distrito de Bento Rodrigues em Minas Gerais.

Resgate Oito no resgate no lado da lama, que morreu em acidente com o rompimento das barragens de Mariana em Bento Rodrigues.

Portando O trabalho do Ibama é feito em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA).

Figura 8 - Matéria sobre o possível desaparecimento de Bento Rodrigues e o enterro de Emanuele Vitória Fernandes

Esta edição do jornal contou também, pela primeira vez, com um material sobre a tragédia na seção “Notas & Informações” (A3). O texto resumiu em três colunas o que havia acontecido no dia 5 de novembro, o grau do desastre até aquele momento e trouxe atualizações referentes ao número de desaparecidos e estado das regiões atingidas. O que se destaca nesse conteúdo, no entanto, é o alerta para a elevada probabilidade de novos acidentes, segundo informações do

Departamento Nacional de Produção Mineral, que havia identificado 24 das 14.966 barragens catalogadas no país como de alto risco¹⁴.



A tragédia de Mariana

A tragédia provocada pelo rompimento de duas barragens de rejeitos de mineração no município de Mariana, em Minas Gerais, na última quinta-feira — que deixou um rastro de destruição e morte — aconteceu em um momento crucial para o País — o colapso da empresa Samarco, proprietária da complexa usina, sob o escrutínio de fiscalização dessa atividade, a polícia e o Ministério Público Estadual (MPJE) e todos os que têm uma palavra de responsabilidade nesse caso. A obrigação não só de investigar as causas do acidente e reparar os prejuízos materiais dos que foram afetados, como de tomar as providências que se impõem para evitar a repetição de fatos como esse.

As imagens de como ficaram os três distritos de Mariana próximos da barragem — Camargo, Povoação de Bicas e Bom Rodrigues, principalmente este, quase inteiramente submerso do pé da lama —, transmitidas pela televisão, são sem precedentes em termos de registro chocante de uma das piores catástrofes da História do País. A primeira barragem a se romper foi a Fundão, que tinha 7 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mina de ferro explorada pela Samarco. Entregada sempre ao Sudestaram, muito maior, com 32 milhões de metros cúbicos.

Essa torrente de lama, misturada de água e de rejeitos, de cerca de 10 milhões de metros cúbicos, atingiu rapidamente Bento Rodrigues, levando de raízes tudo a

seus freios — casas, edifícios públicos, escolas, igrejas. Estimase que os desabrigados são no mínimo 200. O volume e a natureza do material tornaram muito difícil socorrer as pessoas atingidas por esse e outras desastres. E de quatro o número de mortos, mas esperam-se de encontrar os cerca de 22 desaparecidos, segundo os bombeiros e o próprio governador mineiro, Fernando Pimentel, é mínima.

Não apenas esses distritos foram afetados pelo acidente. A lama também atingiu e contaminou rio da região, entre eles o Rio Doce, causando pânico e ameaçando a captação de água para abastecer aproximadamente 500 mil pessoas de cidades de Minas e do Espírito Santo.

O desastre ambiental já pode ser considerado um dos piores registrados nas últimas décadas pelo rompimento de barragens.

O diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vasconcelos, garantiu que ações medidas destinadas a reparar os danos — cumprir todas as exigências do programa de emergência aprovado pela prefeitura de Mariana e de outros órgãos que fiscalizam a atividade mineradora. As investigações verificadas se isso é certo. Mas desde já está claro que algumas questões urgentes devem ser esclarecidas. A primeira, que deixou atônitos os que presenciaram a tragédia, é a

forma como a população atingida foi alertada. Não por um sistema de sirenes, mas por telefonia, um instrumento limitado para tal emergência.

A segunda é a existência de um censo, feito há dois anos a pedido do MPJE pelo Instituto Pimentel, do qual participaram professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que alertava para o risco de rompimento das barragens Fundão e Samarco. Segundo o promotor de Meio Ambiente Carlos Eduardo Ferreira Pinto, esse estudo foi entregue à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Saneamento, por isso, de que saber de ambos se alguma medida preventiva foi tomada com base nele.

Se a Samarco respeitou mesmo todas as suas obrigações, é preciso então, como propõe Ferreira Pinto, que mudanças sejam feitas na legislação que regula a questão, porque o sistema atual de monitoramento das barragens e proteção contra acidentes se revelou falho.

Cinco meses após o rompimento do Fundão, 24 das 14.966 barragens catalogadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) são consideradas de alto risco pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Três delas estão em Minas Gerais. A probabilidade de novos acidentes é, portanto, bastante elevada, principalmente se se levar em conta que as barragens Fundão e Samarco são estruturas de baixo risco. Tal situação só reflete a postura de Ferreira Pinto.

Figura 9 – Texto sobre a tragédia de Mariana na seção “Notas & Informações” do jornal *O Estado de S. Paulo*

A informação sobre a identificação de barragens de alto risco publicada nessa edição de 11 de novembro de 2015 torna-se um indicativo do que estaria por acontecer pouco mais de três anos depois, em Brumadinho. O que se identifica, portanto, é que, passado o período mais turbulento da tragédia de Mariana, as notícias sobre o assunto foram se tornando cada vez mais espaçadas, até quase desaparecerem por completo.

Talvez pelos critérios da redação do jornal, essa acaba se tornando uma sequência lógica de informações, mas a análise realizada do material indica que notícias que poderiam ter detalhado situações vinculadas à tragédia, como um perfil de barragens no Brasil, o detalhamento da rotina de uma empresa de mineração, a atualização da recuperação ambiental das regiões afetadas pela tragédia, assim como da população que sobreviveu, entre outras, não foram prioridade para o jornal, a não ser em datas ou eventos que voltassem a abordar o assunto, como quando a tragédia fez um ano, por exemplo.

¹⁴ Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20151111-44584-nac-3-edi-a3-not>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise realizada, pode-se perceber que o grau de devastação causado pelo acidente, que incluiu a morte e o desaparecimento de pessoas, foi tão grande e complexo que pautou de forma mais intensa a cobertura do jornal, oferecendo ao leitor informações vinculadas a diferentes assuntos relacionados ao contexto geral do acidente. Nesse sentido, a cobertura dessa primeira semana após a tragédia foi, de fato, mais intensa. Muitos jornalistas foram deslocados para as cidades próximas, e houve uma movimentação relativamente grande na redação do periódico, que é percebida quando a maioria das matérias são assinadas por mais de três jornalistas, algo que não acontece em uma cobertura de um evento cotidiano, por exemplo. Portanto, de acordo com a Teoria do *Newsmaking*, o alto índice de noticiabilidade gerado, dada a relevância deste evento, foi o que movimentou e surpreendeu a comunidade jornalística. E por suas consequências, inclusive, à longo prazo, para a fauna e flora da região, para as cidades afetadas, para a perda da memória e cultura da população local, entende-se que a postura da redação não deveria ser diferente.

Mas, como reforçado anteriormente, a cobertura do dia a dia relacionada à temática ambiental é feita ainda de maneira excepcional. Realizando uma pesquisa no acervo *on-line* do jornal, a última publicação relacionada ao assunto “mineração” no caderno “Metrópole” antes do acidente de Mariana foi do dia 9 de junho de 2014. O texto abordava o surgimento de uma mancha de mineração, referente à exploração de bauxita, em um conjunto de montanhas localizado no município de Lavrinhas, no Vale do Paraíba (SP), e que preocupava ambientalistas por estar próxima a uma Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira e praticamente encostada no perímetro da área proposta de tombamento da Cordilheira, sob análise do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). A matéria mencionava, inclusive, possíveis problemas com os serviços de abastecimento de água para a região, oferecido por estas montanhas, caso houvesse algum tipo de contaminação em decorrência da atividade de mineração.

Tal cenário não era muito diferente do publicado nas matérias relacionadas à tragédia de Mariana. Mesmo que a matéria de 2014 tenha identificado um problema em outra região que não a do acidente, o fato de serem observadas publicações

pontuais e sem continuidade só reforça os questionamentos trazidos no início do artigo, referentes à falta de prioridade à temática ambiental diante de outras temáticas, como política, saúde, economia, cultura, entre outras.

Com relação ao segundo recorte feito na análise, o espaço oferecido à história dos sobreviventes durante a primeira semana de cobertura acabou surpreendendo. Das 38 matérias analisadas, nove delas traziam relatos ou histórias das vítimas. Mais uma vez, por ter sido um evento que fugiu à lógica do dia a dia de notícias de um grande jornal, o acidente recebeu uma cobertura mais atenta às histórias dos sobreviventes, cobertura essa diferenciada do padrão com o qual o jornal trabalha usualmente.

Como reforça Marques (2019):

[...] as redações são feitas por gente. Gente que compõe a sociedade. Uma sociedade que já sabe da importância da conservação, mas ainda não se mexe efetivamente para mudar comportamentos. Os jornalistas são parte desse mundo e ainda estão amadurecendo para a necessidade de uma real crítica e contundente cobertura de temas ambientais. É por isso que, dentro das redações, há poucos profissionais especializados e na categoria toda há pouco interesse em se especializar na cobertura de temas ambientais. Enquanto isso, a cobertura de temas ambientais continua a ser feita, em sua grande maioria, por profissionais generalistas, que podem cobrir polícia, saúde, transporte e tantos outros assuntos. Nas empresas jornalísticas, não há interesse de haver espaço especializado em meio ambiente (uma editoria específica). Além da questão da consciência dos profissionais que estão na chefia (que também são pessoas da sociedade), há o fator comercial que leva os investimentos e gastos em produtos com "venda" certa, que chamem leitores/ouvintes/telespectadores. A cobertura de meio ambiente ainda responde a uma sazonalidade: em tempos com demanda e pautas, teremos espaços especializados com mais profissionais capacitados (foi assim com a Rio 92 e recentemente nas coberturas de painéis do IPCC). Passada a onda, o tema ambiental volta a ser tratado como uma pauta menor (informação verbal)¹⁵.

Mesmo com o crescimento de veículos especializados na área ambiental nos últimos anos, assim como de jornalistas que já possuem carreira voltada a esse assunto e que estão se tornando conhecidos do público – como é o caso da jornalista Eliane Brum, hoje uma importante colunista do jornal *El País Brasil* –, os grandes jornais ainda possuem uma lacuna no que se refere a uma cobertura mais aprofundada sobre a questão ambiental e, também, socioambiental. Até é possível

¹⁵ Ver p. 4.

pensar que, talvez, esse tipo de responsabilidade não seja originalmente o papel da mídia em si, mas o cenário atual de mudanças cada vez mais drásticas no meio ambiente e, ao mesmo tempo, o ainda grande desconhecimento sobre o tema possam, de vez, ter transformado esse papel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 64 p.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 15, jan. / jun. 2007. p. 33-44.

ESTADÃO, Acervo. Edições de 6 a 11 de novembro de 2015. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br>>. Acesso em: 09 de dez. 2018.

FARIA, Flávia. DUCROQUET, Simon. **Veja como funcionava a mina da Vale em Brumadinho e entenda a tragédia** <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/veja-como-funcionava-a-mina-da-vale-em-brumadinho-e-entenda-a-tragedia.shtml>>. Acesso em: 04 de fev. 2019.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. FRANÇA, Luiz Celestino. **Os ecos da ECO na mídia: A ECO-92 nas páginas do jornal cearense O Povo** <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Os%20ecos%20da%20ECO%20na%20midia.pdf>> Acesso em: 07 de fev. 2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Eco-92; Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

Governo do Brasil. **Entenda o acidente de Mariana e suas conseqüências para o meio ambiente**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2015/12/entenda-o-acidente-de-mariana-e-suas-consequencias-para-o-meio-ambiente>>. Acesso em 13 de dez. 2018.

MASSUCHIN, Michele Goulart. **Jornalismo ambiental: quando a crise do meio ambiente entra em pauta**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Blumenau. 2009.

OPHULS, William. **A vingança de Platão: política na era da ecologia**. 1ª ed. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. 264 p.

Redação. **História do grupo Estado nos anos 2010.** Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_2010.shtm>. Acesso em: 09 de dez. 2018.

Redação. **Novo paradigma na comunicação para os licenciamentos ambientais.** Disponível em <<http://revista.rebia.org.br/comunicacao-ambiental/>>. Acesso em: 14 de dez. 2018.

SANTOS, Luciana Lucas. **O enquadramento midiático da sustentabilidade e o papel da mídia na assimilação social do consumo sustentável.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/127257333329997870075188945054689957372.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis, 2ª edição. Insular, 2005. 224 p.

UICN. L.E. Sánchez, K. Alger, L. Alonso, F. Barbosa, M.C.W. Brito, F.V. Laureano, P. May, H. Roeser, Y. Kakabadse. **Os impactos do rompimento da barragem de Fundão.** Disponível em <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2018-038-Pt.pdf>>. Acesso em: 14 de dez. 2018.